CALIL SIMÃO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

TEORIA E PRÁTICA

2ª EDIÇÃO
Revista * Atualizada * Ampliada

DE ACORDO:

- com a Lei nº 12.846, de 01 de Agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)
- com a Lei Complementar nº 135/2010 (Ficha Limpa)

JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Resumo de Improbidade Administrativa: Teoria e Prática

"A improbidade no setor público compromete a integridade das instituições, a ordem moral, a justiça e a sociedade. O combate à corrupção no exercício das funções públicas, e aos atos de corrupção especificamente vinculados ao seu exercício, visa tute lar a democracia, que é por sua vez sustentáculo indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento dos povos.

A Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa é norma produto do poder constituído no mister de definir as condutas ímprobas, a forma e graduação das sanções previstas pelo constituinte no § 4º do art.

37. Estruturada em 8 Capítulos, a legislação traz normas de direito material e processual. O presente estudo é dividido em 3 partes, a fim de apresentar ao leitor uma obra completa.

A primeira parte dedica-se ao aspecto material da conduta ímproba, ou seja, os seus elementos constitutivos, seus agentes, suas formas, os fatores que a favorecem, bem como o regime jurídico punitivo aplicável, a natureza da responsabilidade, etc.

A segunda parte é dedicada à ação de improbidade administrativa, onde se analisa a sua natureza jurídica, o seu objeto, o seu processamento, os procedimentos de investigação do ato ímprobo, a petição inicial, a fase preliminar, os atos de comunicação processual, as respostas do réu, o litisconsórcio, o ônus da prova, a sentença, os recursos, entre outros temas.

Acesse aqui a versão completa deste livro